

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____ DE SETEMBRO DE 2019

(Do Sr. GERVÁSIO MAIA)

Susta os efeitos do Decreto nº 10.003, de 4 de setembro de 2019 que alterou o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente 2.046, de 15 de agosto de 2019.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensos, nos termos do art. 49, inciso V e XL, da Constituição Federal, os efeitos do Decreto Presidencial nº 10.003, de 04 de setembro de 2019, que alterou o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, modificando unilateralmente a configuração do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

Art. 2º. A suspensão dos efeitos do Decreto acima mencionado tem como fundamento decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, em caso análogo, que considerou inconstitucional supressão, extinção ou alteração da composição de Conselhos integrados por representantes da sociedade civil organizada e instituído por lei, salvo quando tratar-se de mera regulamentação legal.

Parágrafo único: o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) foi instituído através da Lei Federal nº 8.242/91 garantindo a gestão compartilhada entre governo e sociedade civil para definição no âmbito do Conselho das diretrizes para a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

1. O Excelentíssimo Senhor Presidente, **JAIR MESSIAS BOLSONARO (PSL)**, fez publicar no Diário Oficial da União (DOU), no último dia 05 do corrente mês e ano, o Decreto Presidencial nº **10.003, DE 4 DE SETEMBRO DE 2019**, que alterou o Decreto nº **9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor**

sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

2. Através do famigerado Decreto a Presidência retirou todos os membros que fazem parte atualmente do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e fez mudanças que, na prática, diminuem o poder do órgão de tomar decisões e emitir posicionamentos sobre o tema. As mudanças foram publicadas nesta quinta-feira (5) no Diário Oficial da União.
3. **O CONANDA, um dos poucos que sobreviveu ao decreto que extinguiu órgãos de participação social, já vinha sendo inviabilizado sob a gestão do atual Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, pasta à qual é vinculado, da controversa Ministra DALMARES ALVES.**
4. Recentemente, o Ministério contingenciou os recursos no orçamento que eram disponibilizados para os Conselheiros participarem das reuniões em Brasília, mesmo tratando-se de ínfimo valor de R\$ 40 mil. Conselheiros, porém, alegam que o valor sempre foi custeado pelos governos e visava garantir a participação de diferentes regiões do país. O Ministério então afirmou que faria reuniões por videoconferência, mas a estrutura não foi disponibilizada.
5. Em agosto, entidades chegaram a custear os valores por conta própria para poder tomar decisões, mas a ausência de integrantes do governo evitou que o quórum fosse atingido. Na última semana, a pasta também exonerou a secretária-executiva do Conanda sem que a decisão fosse submetida ao órgão. Prevista para ser realizada em outubro, a conferência nacional dos direitos da criança também foi cancelada.
6. O decreto publicado nesta quinta traz novas mudanças na estrutura do conselho, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Entre as medidas, o decreto dispensa todos os membros atuais do Conselho e determina novas regras para escolha dos integrantes da sociedade civil. Antes definida por eleição em Assembleia, a escolha agora ocorrerá por meio de processo seletivo a ser organizado pelo governo.
7. O texto do novo decreto também diminui o número de integrantes do grupo, que passa de 28 a 18. Destes, 9 serão de Ministérios do Governo e 9 de Entidades que atuam na área da infância. O presidente do Conselho será indicado pelo governo e terá voto extra em caso de empate.
8. O número de reuniões também diminui. Em vez de encontros mensais, o novo decreto prevê encontros a cada três meses. Também estabelece que integrantes que moram fora do Distrito Federal, e que antes participavam de forma presencial, participem por videoconferência. Para Antônio Lacerda Souto, que ocupava o cargo de vice-presidente do Conanda, as medidas visam retirar o poder da participação da sociedade. “Com o novo processo [de seleção], o poder de decisão será mais do governo do que da sociedade. Antes, esse poder era

compartilhado”, afirma ele, que prevê impactos já neste ano para as políticas de defesa da criança, como a falta de aplicação dos recursos do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente.

9. Composto por doações dedutíveis do imposto de renda, o Fundo tem seu valor direcionado a projetos por meio de decisões do Conselho. De R\$ 12 milhões previstos, nenhum valor foi aplicado neste ano. Para Thaís Dantas, advogada do **Alana**, ONG que atua na área da infância e que havia sido eleita para a atual gestão, o monitoramento de ações como o combate à violência e trabalho infantil será prejudicado. “A pauta da infância é constante e urgente. Não há como esperar três meses para deliberar esses temas”, declarou. A retirada dos integrantes, Sr. Presidente **RODRIGO MAIA**, viola toda a lógica de participação social e o direito das instituições eleitas, que tinham esse direito adquirido.
10. Por fim, importante salientar que o **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF**, em decisão recente, de 13 de JUNHO de 2019, à unanimidade, decidiu por **ANULAR** o Decreto Presidencial nº **9.759, de 11 de abril de 2019** que tratava da extinção de todos os conselhos, comitês, comissões, grupos e outros tipos de colegiados ligados à administração pública federal, incluindo aqueles mencionados em lei. A Corte decidiu que colegiados de participação civil, criados por lei, não poderão ser extintos ou suprimida a participação de representantes da sociedade civil por decisão presidencial. Foi a primeira vez que o plenário do STF examinou a legalidade de um ato de Bolsonaro. O Supremo, naquela oportunidade, fixou o entendimento que o decreto presidencial feria de morte os princípios da separação dos poderes e da reserva legal, por não submeter ao Congresso Nacional a apreciação da matéria através de projeto de lei.

Em face das razões expostas, Senhor Presidente, íncritos pares, após a tramitação nas comissões respectivas, pugnamos pela **DELIBERAÇÃO** e **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Decreto Legislativo sustando os efeitos do Decreto Presidencial nº **10.003, de 04 de SETEMBRO de 2019**.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2019.

Deputado GERVASIO MAIA
PSB/PB

)